

Impressões de 1968: contracultura e identidades

Cauê Krüger

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Rua Imaculada Conceição, 1155, 80215-901, Curitiba, Paraná, Brasil.
E-mail: caue_kruger@yahoo.com.br

RESUMO. O presente artigo realiza uma avaliação sintética das implicações dos acontecimentos de 1968, principalmente no que se refere ao movimento da contracultura e ao processo de formação de novas identidades. Procura apresentar como fatores históricos, políticos e culturais acabaram por suscitar, no contexto, uma recusa dos projetos em voga, uma descrença nas instituições, ampla oposição à indústria cultural e à sociedade do espetáculo, favorecendo a perspectiva de uma revolução comportamental e a politização da subjetividade.

Palavras-chave: contracultura, identidade, sociologia da cultura.

ABSTRACT. *Impressions of 1968: counterculture and identities.* This article presents a short appraisal of the implications of events related to 1968, particularly regarding the counterculture movement and the process of emergence of new identities. It addresses ways in which historical, political and cultural factors ultimately triggered a refusal of projects of that time, a disbelief in institutions, great opposition to the cultural industry and the society of spectacle, fostering the perspective of a behavioral revolution and rendering subjectivity political.

Key words: counterculture, identity, sociology of culture.

Introdução

Para parafrasear Zuenir Ventura, 1968 foi “o ano que não terminou”. Historiadores, filósofos, sociólogos e intelectuais continuam desenvolvendo análises para traçar as “causas” e “efeitos” dos acontecimentos desse ano que se constituiu, verdadeiramente, como um marco na história mundial.

Falar dos acontecimentos de 1968 implica, sem exagero, recuperar um panorama de história mundial, pois eles “aconteceram” em Paris, Praga, nos Estados Unidos, Brasil, México, envolveram a União Soviética, Cuba, China, Vietnã, e estenderam-se por diversos países, sendo que seu alcance dificilmente será precisado.

Enfrentamentos com a polícia, “guerrilhas” urbanas e rurais, revoluções comportamentais, surgimento da contracultura, revoluções nas artes, expansão da indústria cultural, eclosão dos movimentos sociais: estudantis, feministas, ambientais; uso de drogas, popularização da psicanálise, uso de anticoncepcionais e a revolução sexual marcaram a história de incontáveis países. Seu significado histórico, filosófico e sociológico dificilmente será unívoco, como explicita Jameson (1991, p. 86):

O processo pode ser e tem sido descrito de várias maneiras, cada qual implicando uma determinada “visão da história” e uma leitura temática própria e exclusiva dos anos 60. Pode ser encarado como um

capítulo completo e decisivo da concepção crociana da história como história da liberdade humana; ou entendido como um processo mais classicamente hegeliano da conquista da autoconsciência de si pelos povos oprimidos; ou explicado com base em uma concepção da esquerda pós-luckacsiana, ou mais marcusiana da emergência de novos “sujeitos da história” que não são uma classe (negros, povos do Terceiro Mundo); ou finalmente esclarecido por alguma noção pós-estruturalista, de inspiração foucaultiana [...] da conquista do direito de falar com uma nova voz coletiva, nunca antes ouvida nos palcos do mundo, e da concomitante supressão dos intermediários [liberais, intelectuais do Primeiro Mundo] que até aquele momento se davam o direito de falar em seu nome; isto tudo sem esquecer a retórica propriamente política da autodeterminação ou da independência, ou ainda aquela outra, mais psicológica e cultural, das novas “identidades” coletivas.

Desta “nebulosa teórica” cujos “efeitos históricos” necessariamente se relacionam, iremos destacar um dos pontos de vista, que nos parece particularmente mais influente e determinante: a emergência de novas identidades coletivas, ou de novos sujeitos da História.

A emergência da contracultura e a explosão das identidades

Segundo Jameson (1991, p. 86) é essencial “[...] relacionar o surgimento dessas novas categorias sociais

e políticas [o colonizado, a raça, a marginalidade, o gênero e similares] a algo como uma crise daquela categoria mais uniforme que mais então parecia subsumir todas as variedades de resistência social, qual seja, a concepção clássica da classe social”. Mas o autor destaca que esta relação deveria ser entendida em sentido institucional e não intelectual, ou seja, ao invés de supor uma crise da idéia abstrata de classe social ou da concepção marxista de luta de classes como responsável pela emergência destas novas forças sociais, “o que se pode notar é uma crise das instituições através das quais uma real política de classe conseguira, embora imperfeitamente, se expressar” (JAMESON, 1991, p. 86).

Esta questão parece ser o pano de fundo do texto autobiográfico que Eric Hobsbawm destina aos anos 60 em seu livro *Tempos Interessantes*: particularmente quando menciona sua visão pessoal dos fatos: “Para os esquerdistas de meia-idade como eu, maio de 1968, e na verdade, toda a década de 1960 foram tempos extraordinariamente bem-vindos e extraordinariamente desconcertantes” (HOBSBAWM, 2002, p. 277).

Naturalmente, nós todos fomos apanhados por essas grandes lutas globais. Na década de 60 o Terceiro Mundo trouxera de volta ao Primeiro a esperança da revolução. As duas grandes inspirações internacionais eram Cuba e o Vietnã, triunfos não apenas da revolução, mas de Davis contra Golias, do fraco contra o todo-poderoso. “Guerrilha”, palavra emblemática da época, tornou-se a chave quintessencial da mudança do mundo. Os revolucionários de Fidel Castro, reconhecíveis como herdeiros de 1848 por sua juventude, seus cabelos longos, barbas e retórica – pensemos na famosa imagem de Che Guevara –, quase poderiam ter sido projetados para ser símbolos mundiais de uma nova era de romantismo político [...] Mais do que qualquer outra coisa, na década de 1960 a grandeza, o heroísmo e a tragédia da luta vietnamita emocionaram e mobilizaram a esquerda de língua inglesa e reuniram suas duas gerações e quase todas as suas seitas, que viviam em disputas (HOBSBAWM, 2002, p. 282-283).

Porém, se a Revolução Cubana de 1959 e a resistência vietcong frente à investida imperialista americana foram ícones representativos para a construção de um novo mundo, a divulgação dos crimes de Stalin (desde 1956), bem como manifestações de autoritarismo, totalitarismo e personalismo nas experiências chinesas, cubanas e soviéticas e indícios de crise econômica do bloco comunista desencadearam uma crítica, no mundo todo, das instituições comunistas. As teorias, as pessoas, os comportamentos, enfim, o mundo

apresentava-se de forma polarizada, dicotômica, ordenado pela Guerra Fria.

Deste embate surgiram as forças fundamentais para o que se concebeu como “maio de 1968”. Eric Hobsbawm relaciona suas experiências e visão de mundo com aquela dos jovens rebeldes, identificando suas principais divergências que faziam com que apesar de “usar o mesmo vocabulário, [...] não parecíamos falar a mesma língua. Mais do que isso, ainda que participássemos dos mesmos acontecimentos [...] não sentíamos o mesmo que eles” (HOBSBAWM, 2002, p. 277). A principal divergência passou a ser percebida na ausência, por parte dos jovens insurgentes, de um projeto político central e mobilizador, voltado a mudanças ou substituição do regime político:

No entanto, seja o que for que levou aqueles jovens às ruas, não era esse seu objetivo [...] não seria realmente possível ver utopia na antinomia geral de slogans como “É proibido proibir”, que provavelmente se aproximava do que sentiam os jovens rebeldes – tanto em relação ao governo, como em relação aos professores, aos pais ou ao universo. Na verdade, não pareciam estar muito interessados num ideal *social*, comunista ou de outro tipo, distinto do ideal individualista de livrar-se de tudo o que se arrogasse o direito e o poder de impedir-nos de fazer o que nosso ego ou id desejasse fazer (HOBSBAWM, 2002, p. 277-278).

Neste contexto, portanto, é que a fórmula “o pessoal é político” se estabeleceu com toda sua representatividade, conforme salienta Heloisa Buarque de Hollanda, ao analisar o contexto nacional, mas apresentando, de forma sintética, um contexto comum: “A contracultura, o desbunde, o rock, o *underground*, as drogas e mesmo a psicanálise passam a incentivar uma recusa acentuada pelo projeto do período anterior” (HOLLANDA, 1980, p. 65). Em pouco tempo, ser marxista,

[...] passa a ser visto como um estigma, principalmente se vem acompanhado de alguma preocupação de participação política mais efetiva, constituindo-se em demonstração inofensiva de “ceticismo”. É nessa linha que aparece uma noção fundamental – não existe a possibilidade de uma revolução ou transformação sociais sem que haja uma revolução ou transformação individuais [...] a valorização da marginalidade urbana, a liberação erótica, a experiência das drogas, a festa, casam-se de maneira pouco pacífica, com uma constante atenção em relação a certos referenciais do sistema e da cultura [...] a marginalidade é tomada não como saída alternativa, mas no sentido de ameaça ao sistema; ela é valorizada exatamente como opção de violência, em suas possibilidades de agressão e transgressão. A contestação é assumida

conscientemente. O uso de tóxicos, a bissexualidade, o comportamento descolonizado são vividos e sentidos como gestos perigosos, ilegais e, portanto, assumidos como contestação de caráter político (HOLLANDA, 1980, p. 65-68).

Desta forma, os slogans e o comportamento dos jovens de 1968 não deveriam ser vistos simplesmente como “a expressão de uma contracultura de alheamento, apesar de um evidente interesse em chocar a burguesia [...]”. Queriam derrubar a sociedade e não simplesmente escapar dela” (HOBSBAWM, 2002, p. 277). Como menciona Hobsbawm (2002, p. 282):

Minha faixa etária não entendeu que as gerações ocidentais de estudantes na década de 1960 acreditavam, como antes havíamos acreditado, embora de maneira muito mais fácil de especificar como “política”, que viviam em uma era em que tudo iria mudar por meio da revolução, porque à sua volta tudo já estava mudando.

Embora não dedique especial atenção para o contexto, Stuart Hall, em “A Identidade Cultural na Pós-Modernidade”, permite uma interpretação diacrônica sobre os efeitos decorrentes da década de 60 acerca da emergência de novos sujeitos. Para o autor, a partir de sucessivas rupturas, “o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado” (HALL, 2003, p. 12). Se anteriormente a identidade preencheria o espaço entre o “interior” e o “exterior”, entre o mundo pessoal e o mundo público, atualmente (e diríamos que especialmente após a década de 60) tal processo se modifica: o sujeito (pós-moderno) é então visto como “composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas” (idem. *ibid.*). Àquela identidade fixa, essencial ou permanente, opõe-se certa “celebração móvel”:

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu” (veja Hall, 1990). A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (HALL, 2003, p. 13).

Tal processo seria decorrente, segundo Hall, da erosão da identidade de classe e da conseqüente emergência de novas identidades, “pertencentes à nova base política definida pelos novos movimentos

sociais: o feminismo, as lutas negras, os movimentos de libertação nacional, os movimentos antinucleares e ecológicos” (HALL, 2003, p. 21).

Assim, uma vez que a identidade passa a ser relacional e móvel, não mais é percebida como “automática” e “imutável”, podendo ser perdida, conquistada ou atribuída¹. Este processo tornou as identidades politizadas, permitindo a eclosão das “políticas das diferenças”.

Hall promove então uma síntese que, embora esquemática, aponta relevantes pontos em comum entre diversos movimentos sociais, étnicos, estudantis, contraculturais, antibelicistas, feministas: sua oposição tanto à política liberal capitalista do Ocidente quanto à política “estalinista” do Oriente; a afirmação tanto das dimensões “subjetivas” quanto das dimensões “objetivas” da política; a crítica a todas as formas burocráticas de organização e favorecimento da espontaneidade e dos atos de vontade política; a forte ênfase na forma cultural (HALL, 2003).

Esses movimentos “refletiam o enfraquecimento ou o fim da classe política e das organizações políticas de massa com elas associadas, bem como sua fragmentação em vários e separados movimentos sociais” e apelavam para “a *identidade* social de seus sustentadores” (HALL, 2003, p. 44): o feminismo às mulheres; a política sexual aos gays e lésbicas; as lutas raciais aos negros; o movimento antibelicista aos pacifistas. Para o autor, “isso constitui o nascimento histórico do que veio a ser conhecido como a *política de identidade* – uma identidade para cada movimento” (HALL, 2003, p. 45).

Um dos principais responsáveis pelo que se conceituou como “descentramento conceitual do sujeito cartesiano”², promovendo uma verdadeira revolução na “idéia do eu” para Hall foi o movimento feminista. Questionando a clássica distinção entre o “privado” e o “público” e politizando diversos âmbitos da intimidade, o feminismo abriu caminhos para a contestação política em âmbitos inteiramente novos na vida social:

A família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças, etc. [...] enfatizou, como questão política e social, o tema da forma como somos formados e produzidos como sujeitos generificados. Isto é, ele politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação [como homens/mulheres, mães/pais, filhos/filhas] [...] expandiu-se para incluir a *formação* das identidades sexuais e de gênero (HALL, 2003, p. 45-46).

¹Este processo de “atribuição de identidades” se constituiu como um dos principais dispositivos de estigmatização e reificação de preconceitos frente a indivíduos ou determinados grupos sociais.

²Esta idéia teria vigorado até a metade do século XX e concebia o sujeito como uma totalidade estável, única e fixa.

De forma semelhante, os movimentos negros (sejam os mais pacifistas cujo ícone é, sem dúvida, Martin Luther King, os de orientações nacionalistas, ou mesmo os mais combativos como os Panteras Negras) apontam as diversas estruturas de dominação, segregação e preconceito vigentes não apenas nos Estados Unidos, mas no mundo todo.

Os movimentos ambientais emergentes, denunciando as experiências traumáticas da segunda guerra e em especial a bomba atômica, ganham progressiva legitimidade ao questionar a depredação e exploração da natureza, vista pelo sistema capitalista antes como fonte de recursos energéticos do que como condição para a vida e perpetuação da humanidade.

Não se pode deixar de mencionar, no contexto da década de sessenta, a expansão da indústria cultural (ou como querem alguns autores: sociedade de consumo, sociedade pós-industrial, sociedade da mídia ou do espetáculo), que Jameson sintetiza da seguinte forma:

[...] o capitalismo tardio em geral [e os anos 60 em particular] constitui um processo em que as últimas zonas remanescentes [internas e externas] de pré-capitalismo – os últimos vestígios de espaço tradicional ou não transformado em mercadoria dentro e fora do mundo avançado – são agora finalmente penetradas e colonizadas por sua vez (JAMESON, 1991, p. 124-125).

O conceito de indústria cultural provém do texto homônimo dos autores Theodor Adorno e Max Horkheimer, da Escola de Frankfurt, movidos tanto pelos horrores da experiência nazista alemã como pela democracia de massa dos Estados Unidos e influenciados pelos escritos de Sigmund Freud (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). Centrando seu argumento na idéia de racionalidade, os autores desembocaram “na irracionalidade que articula totalitarismo político e massificação cultural como as duas faces de uma mesma dinâmica” (MARTÍN-BARBERO, 2001, p. 77).

À medida que a lógica da indústria passa a operar na produção cultural, postulam os autores, a linha divisória entre a arte e cultura é modificada. A cultura passa a ser vista como “mercadoria” e inserida no modelo de produção industrial, que homogeneiza suas peculiaridades para atingir um público massivo ao mesmo tempo em que viabiliza a produção das “necessidades de consumo”. A partir de então a indústria do entretenimento irá colonizar também a esfera do lazer, do imaginário e produzir desejos inesgotáveis de consumo cultural por meio de propaganda e demais mecanismos de comunicação de massa.

Os autores da Escola de Frankfurt alertam para a degradação da cultura em uma indústria de diversão que age sobre o prazer e a sensibilidade do público, criando o fetiche do consumo de obras banalizadas, que nada mais são do que o simulacro, “fórmulas esvaziadas” de produções autênticas (variam na aparência, mas não em sua lógica ou conteúdo). “O que de arte estará aí não será mais do que sua casca: o *estilo*, quer dizer, a coerência puramente estética que se esgota na imitação. E essa será a ‘forma’ da arte produzida na indústria cultural: identificação com a fórmula, repetição da fórmula” (MARTÍN-BARBERO, 2001, p. 80).

Em seu livro de referência *Dos meios às mediações*, Jesus Martín-Barbero recorda que Edgar Morin, em *O espírito do tempo II*, analisa a crise sociopolítica de 1968 a partir da “redescoberta do acontecimento”, valorizando a dimensão histórica da ação dos sujeitos em detrimento da cultura reduzida a código e da história à estrutura. Como menciona Martín-Barbero, o acontecimento significa a “irrupção do singular concreto no tecido da vida social” (MARTÍN-BARBERO, 2001, p. 95) e neste sentido, a crise parece permitir a visualização dos conflitos latentes que definem o social. Por isso,

A crise de finais dos 1960 revelava “a irrupção da enzima marginal” – os negros, as mulheres, os loucos, os homossexuais, o Terceiro Mundo – trazendo à tona sua conflitividade, pondo em crise uma concepção de cultura incapaz de dar conta do movimento, das transformações do sentido do social [...] E a crítica indicará a “sociedade do espetáculo” que, ao levar a relação mercantil até a cotidianidade, até o sexo e a intimidade, acaba *politizando-os*, isto é, convertendo-os em espaço de luta contra o poder (MARTÍN-BARBERO, 2001, p. 95-96).

Estes acontecimentos, bem como o dos revolucionários franceses de 1968 chamados de situacionistas (cujo mais proeminente é sem dúvida o autor de *A Sociedade do Espetáculo*) (DEBORD, 2002) serão pensados por Morin a partir da influência de Michel Foucault em seus estudos que relacionam cultura, saber e política. Sobre esta nova visão de poder, sintetiza Martín-Barbero (2001, p. 96-97):

[...] embora o Estado permaneça no centro, o poder flui, porque não é uma propriedade, mas algo que se exerce, e de uma forma especialíssima, a partir disso que o Ocidente tem chamado de cultura. Nunca se tinha revelado tão problemática concepção da cultura enquanto superestrutura como à luz dessa concepção do poder como produção de verdade, de inteligibilidade, de legitimidade. O que nos remete ao coração de nosso debate: à negação de sentido e legitimidade de todas as práticas e modos de produção cultural que não vem do centro, nacional ou internacional [...].

Posicionamentos como os aqui expostos permitem perceber como a contracultura, a construção das identidades e eclosão dos movimentos sociais configuram uma nova visão do poder, bem como uma noção diferenciada de oposição e crítica, apartada do modelo “clássico” centrado na primazia das classes sociais.

Contracultura e identidades no Brasil

Como nos diz Marcelo Ridenti, “as manifestações brasileiras em 1968 estavam em sintonia com o que ocorria no mundo todo no período, mas tiveram a particularidade de inserir-se na luta contra a ditadura militar e civil que interrompera o processo democrático em 1964” (RIDENTI, 2009, p. 3). Apesar de toda complexidade do período, o autor destaca três frentes de contestação social e política proeminentes: “o movimento estudantil, o movimento operário e a agitação cultural promovida por intelectuais e artistas” (RIDENTI, 2009, p. 3).

Nas palavras de Zuenir Ventura, um dos escritores brasileiros que se notabilizaram por narrar o período:

Quando os militares deram o golpe em abril de 64, abortaram uma geração cheia de promessas e esperanças. A esquerda, como acreditava Luis Carlos Prestes então, não estava no governo, mas já estava no poder. As reformas de base de João Goulart iriam expulsar o subdesenvolvimento e a cultura popular iria conscientizar o povo [...] onipotente, generosa, megalômana, a cultura pré-64 alimentou a ilusão de que tudo dependia mais ou menos de sua ação: ela não só conscientizaria o povo como transformaria a sociedade, ajudando a acabar com as injustiças sociais. Essa ilusão acabou em 64; a inocência em 68 (VENTURA, 1988, p. 44).

Roberto Schwarz em seu clássico ensaio “Cultura e Política, 1964-1969” destaca que a instalação do regime militar no país, de início não afetou a produção intelectual de orientação socialista. Para o autor, no período existia certa “*hegemonia cultural da esquerda*”, presente nas livrarias das grandes cidades, no teatro, nos festivais de música popular, concentrada nos grupos diretamente ligados à produção ideológica (estudantes, artistas, jornalistas, parte dos sociólogos e economistas), mas cujas produções engajadas destinavam-se antes para si mesmos do que para o grande público. No período pós 1964, a intelectualidade socialista, temerosa, foi poupada, “Torturados e longamente presos foram somente aqueles que haviam organizado o contato com operários, camponeses, marinheiros e soldados” (SCHWARZ, 2008, p. 72). Apesar de frear os canais de comunicação com o povo, “o governo

Castelo Branco não impediu a circulação teórica ou artística do ideário esquerdista, que embora em área restrita floresceu extraordinariamente” (SCHWARZ, 2008, p. 72). Mas uma importante modificação iria ocorrer no modo como o regime militar encaminhava a repressão:

Com altos e baixos esta solução de habilidade durou até 68, quando nova massa havia surgido, capaz de dar força material à ideologia: os estudantes, organizados em semi-clandestinidade [...]. A importância social e a disposição de luta desta faixa radical da população revelam-se agora, entre outras formas, na prática dos grupos que deram início à propaganda armada da revolução. O regime respondeu, em dezembro de 68, com o endurecimento. Se em 64 fora possível a direita “preservar” a produção cultural, pois bastava liquidar o seu contato com a massa operária e camponesa, em 68, quando o estudante e o público dos melhores filmes, do melhor teatro, da melhor música e dos melhores livros já constitui massa politicamente perigosa, será necessário trocar ou censurar os professores, os encenadores, os escritores, os músicos, os livros, os editores – noutras palavras, será necessário liquidar a própria cultura viva do momento (SCHWARZ, 2008, p. 72-73).

Diversos foram os marcos de luta contra o regime militar: os protestos com a morte do primeiro estudante, Edson Luis, no confronto com a polícia, e a movimentação para seu velório e missa de sétimo dia; os enfrentamentos entre estudantes na rua Maria Antônia; as greves em Osasco e principalmente, a célebre *Passeata dos Cem Mil*.

Com a intensificação da repressão, o número de protestos deliberados também passou a se restringir. Em agosto de 1968, o principal líder estudantil carioca, Vladimir Palmeira foi preso e a Universidade de Brasília foi invadida pela polícia. Em outubro, o Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) no interior de São Paulo foi desmantelado e cerca de 700 participantes foram presos. O movimento estudantil brasileiro sofreu enorme derrota e vários de seus integrantes passariam a concentrar suas atividades na militância política clandestina contra a ditadura, em organizações de esquerda. Em dezembro de 1968, com o Ato Institucional número 5 (AI-5), a violência do regime militar chegou ao extremo:

Oficializou-se o terrorismo de Estado, que prevaleceria até meados dos anos 70. O Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas estaduais foram colocados temporariamente em recesso e o governo passou a ter plenos poderes para suspender direitos políticos dos cidadãos, legislar por decreto, julgar crimes políticos em tribunais militares, cassar mandatos eletivos, demitir ou aposentar juízes e

outros funcionários públicos etc. Simultaneamente, generalizavam-se as prisões de oposicionistas, o uso da tortura e do assassinato, em nome da manutenção da segurança nacional, considerada indispensável para o desenvolvimento da economia, do que se denominaria mais tarde “milagre brasileiro” (RIDENTI, 2009, p. 7).

Calados os intelectuais e os canais de informação, o engajamento na América Latina passa a ter como principal canal de manifestação as artes, expressando-se no teatro, cinema, música popular, literatura e artes plásticas, como destaca Marcos Napolitano (2001). Marcelo Ridenti corrobora: “Nos anos 60, particularmente em 1968, manifestações culturais diferenciadas cantavam em verso e prosa a esperada ‘revolução brasileira’, que deveria basear-se na ação das massas populares, em cujas lutas a intelectualidade de esquerda estaria organicamente engajada” (RIDENTI, 2009, p. 6).

Além da canalização dos protestos para a expressão artística, os autores estão de acordo também no que se refere a um fracionamento artístico, de relevância fundamental para a análise da atividade cultural de 1968 no país: a polarização entre os nacionalistas que procuravam uma linguagem autenticamente brasileira e empenhavam-se na luta que julgavam socialista, da afirmação de uma identidade nacional-popular e os “vanguardistas” (cujo movimento tropicalista de Caetano Veloso e Gilberto Gil era o ápice) que criticavam os primeiros, vistos como uma “esquerda festiva”, e procuravam sintonizar-se às vanguardas, e em suma, à contracultura.

Para Ridenti em seu livro *Em Busca do Povo Brasileiro*, as lutas políticas e sociais que ocorreram nas artes poderiam ser chamadas de “romântico-revolucionárias”, por buscarem, no passado, nas raízes culturais nacionais, elementos para a construção da utopia do futuro. Para o autor, os artistas idealizavam o homem do povo (o camponês bem como o migrante favelado que trabalhava nas grandes cidades), buscando “[...] no passado elementos que permitiam uma alternativa de modernização da sociedade que não implicasse a desumanização, o consumismo, o império do fetichismo da mercadoria e do dinheiro” (RIDENTI, 2000, p. 25).

Napolitano e Villaça (1998) demonstra que o Tropicalismo adotava procedimento distinto, ao incorporar, com intenções de crítica cultural, os impasses e dilemas gerados pela modernização da sociedade brasileira, no universo do consumo. Valendo-se dos canais abertos pela consolidação dos meios de comunicação,

[...] o Tropicalismo se beneficiou das próprias clivagens da indústria cultural que ele ajudou a problematizar [...]. Ao problematizar o consumo da canção [e a canção enquanto consumo], o Tropicalismo abriu um leque de novas possibilidades de escuta, que a diretriz ideológica do nacional-popular, já em crise como gênero reconhecível pelo público, não mais comportava. Enquanto legado para a música popular, o Tropicalismo ajudou a incorporar tanto o consumo do material musical recalcado, pelo gosto da classe média intelectualizada, como o do ruído, do exagero e arcaísmos colocados lado a lado, em valor, aos sussurros e às sutilezas expressivas desenvolvidas pelas tendências socialmente mais valorizadas da música popular (NAPOLITANO; VILLAÇA, 1998, s/p.)

Esta significação libertária pode ser vista como contribuição central da contracultura no país, e sua expressão estética nacional, o tropicalismo, constituiria um marco na história nacional. Como destaca Heloísa Buarque de Hollanda,

Essa rejeição do sistema e a descrença com a esquerda ocorrem num momento de desilusões com a política, quando os movimentos de massa são novamente derrotados pelo regime militar que decreta o AI-5, concretizando o que se chamou de “segundo golpe”. Além da intensificação da repressão policial no país, o quadro internacional sugere novas desilusões; a invasão da Tcheco-eslováquia não deixa mais dúvidas quanto ao totalitarismo soviético, a atuação do PCD em maio de 68 mostra-se totalmente reacionária em sua política de alianças com o Estado, Fidel Castro intensifica a repressão e a censura às artes em Cuba, etc. A fé no marxismo como ideologia redentora é abalada pelo sentimento que a única realidade seria o poder (HOLLANDA, 1980, p. 69).

É então na dimensão da crítica comportamental, na denúncia dos mecanismos de poder presentes no cotidiano e na intimidade, que a contracultura se coloca como expressão fundamental de crítica à autoridade em seu sentido amplo: ao paradigma masculino, branco, ocidental, heterossexual. Esta forma distinta de reivindicação, que marcaria os anos 1960 e particularmente 1968, produziu também no Brasil a mesma explosão “de forças não-teorizadas” a que se refere Jameson (1991, p. 125) ao tratar das minorias, do movimento estudantil, feminista, negro, das forças étnicas, regionalismos. Tais reivindicações não se enquadravam ao modelo marxista, nem ao rótulo de “luta de classes”, mas permitiram uma nova visão da liberdade, das possibilidades humanas e abriram frente para novos processos identitários.

Inúmeros são os exemplos desta “explosão”, mas sem dúvida, um dos mais representativos foi o movimento feminista, que teve sua maior expressão no país na década de 70 (muitas vezes apoiado por partes progressistas da Igreja e mais remotamente pelo Partido Comunista). Além de

sua recusa aos padrões sexuais, familiares e ao modelo de sexualidade e feminilidade patriarcal, o feminismo no Brasil encontrava-se também vinculado a outros movimentos populares, seja na oposição à ditadura militar, seja na luta por melhores condições de vida, na reivindicação da criação de creches em fábricas e universidades, entre outras formas de ativismo político e cultural. Marcos importantes para o desdobramento do movimento, que se espalhou e consolidou no país na década de 80, foram grupos políticos feministas como o Brasil Mulher, Nós Mulheres, o Movimento Feminino pela Anistia, em São Paulo, além do Centro Brasileiro da Mulher e o Coletivo Feminista, do Rio de Janeiro (CORRÊA, 2001; RAGO, 2003).

Quanto ao movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) marcos fundamentais foram o Grupo Somos de Afirmação Homossexual em São Paulo e a criação do Jornal Lâmpião da Esquina, bem como a formação dos Grupos Triângulo Rosa e Atobá no Rio de Janeiro no final da década de oitenta.

No caso do combate ao preconceito racial, Petrônio (2007) menciona o Centro de Cultura e Arte Negra fundado em 1972, a criação dos jornais “Árvore das Palavras” e “O Quadro” em 1974 na cidade de São Paulo, o Grupo Palmares, formado em 1971 em Porto Alegre, a explosão do movimento *soul*, depois batizado de *Black Rio*, e a formação do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras no Rio de Janeiro, bem como a formação, em 1978 do Movimento Negro Unificado.

Considerações finais

Foram apresentados aqui alguns argumentos, selecionados entre tantos outros, sobre o porquê de 1968 ter entrado para a história como marco, como referencial, para o qual, passados 40 anos, ainda não se esgotaram as hipóteses e possibilidades de interpretação. Por isso, ainda continua atualíssima a análise Umberto Eco, que afirmou, sobre esse ano: “Pode-se processá-lo, analisá-lo, condená-lo, mas não cancelá-lo como um fenômeno de loucura” (VENTURA, 1988, p. 14). Por outro lado, a antítese também tem propósito, ou nas palavras de Zuenir Ventura: “pode-se exaltá-lo, romantizá-lo, contanto que não se tente sacralizá-lo como um momento de inspiração divina da História” (VENTURA, 1988, p. 14).

Referências

- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- CORRÊA, M. **Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal**. Campinas: Unicamp, 2001. (Cadernos Pagu, n. 16).
- DEBORD, G. **La sociedad del espectáculo**. Valencia: Pré-textos, 2002.
- ECO, H. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HOBSBAWM, E. **Tempos interessantes**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- HOLLANDA, H. B. **Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- JAMESON, F. Periodizando os anos 60. In: HOLLANDA, H. B. (Ed.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 81-120.
- MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- NAPOLITANO, M. A arte engajada e seus públicos (1965/1968). **Estudos Históricos**, n. 28, p. 103-124, 2001.
- NAPOLITANO, M.; VILLAÇA, M. M. Tropicalismo: As Relíquias do Brasil em Debate. **Revista Brasileira de História**, v. 18, n. 35, s/p., 1998.
- PETRÔNIO, D. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, n. 23, s/p., 2007.
- RAGO, M. Os feminismos no Brasil: dos ‘anos de chumbo’ à era global. **Labrys: Estudos Feministas**, n. 3, 2003. Disponível em: <<http://e-groups.unb.br/ih/his/gefem/labrys3/web/bras/marga1.htm>>. Acesso em: 19 dez. 2009.
- RIDENTI, M. **Em busca do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- RIDENTI, M. **1968 - de novo!** Disponível em: <http://boell-latinoamerica.org/download_pt/1968_port_abrev.pdf>. Acesso em: 7 maio 2009.
- SCHWARZ, R. **O pai de família e outros estudos**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- VENTURA, Z. **1968: O ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Received on August 12, 2009.

Accepted on May 10, 2010.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.